



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 6/2021/CTAL-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.024579/2020-09

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: **Proposta de Resolução que prorroga o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba pelo período de um ano.**

1. **INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se de solicitação enviada pelo Presidente Interino do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba, por meio do Ofício nº 05/2021 – DP – CBH PARANAÍBA (3424313), pedindo a prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba pelo período de um ano, estendendo-se assim até 31 de dezembro de 2022.

2. **SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL**

2.1. Considerando as competências dadas pelo [Decreto 10.000, de 13 de setembro de 2019](#), em especial a de “zelar para que as propostas apresentadas atendam aos objetivos, aos fundamentos e às diretrizes gerais de ação da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecidas nos Capítulos I, II e III do Título I da Lei nº 9.433, de 1997;”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL na sua 12ª Reunião, realizada por meio virtual em 08 de novembro de 2021, avaliou a solicitação enviada pelo Presidente Interino do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba quanto a prorrogação do Mandato da Diretoria Provisória do Comitê.

2.2. Nesta ocasião, o Presidente Interino do CBH Parnaíba, Sr. Avelar Damasceno Amorim, relatou brevemente aos membros da CTAL as dificuldades enfrentadas pelo Comitê na retomada do processo de mobilização social que está paralisado desde de março de 2020 devido ao agravamento da Pandemia da Covid-19. Esclareceu que foi elaborado um calendário de ação para retomada deste processo, conforme demonstra o documento contendo o relatório de atividades do Comitê (SEI nº 3424316), mas que este calendário está paralisado enquanto o Comitê aguarda a assinatura de um termo aditivo entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e o Consórcio Beck de Souza/Engeplus, contratado através de processo licitatório (Edital nº 01/2019 – ANA) para realização de serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba).

2.3. O Coordenador da CTAL, Sr. Wilson de Melo, pediu então a manifestação da ANA. A Sra. Nayra Regina, da Procuradoria da ANA, informou que estão nas tratativas do terceiro termo aditivo do contrato, mas que por conta de questões mais burocráticas envolvendo o reequilíbrio financeiro do contrato o novo termo ainda não foi assinado. Informou também que a procuradoria já se manifestou sobre a possibilidade do aditivo.

2.4. O Sr. Osman Silva, também representando a ANA, explicou que a ANA juntamente com a empresa contratada para realizar a mobilização social fizeram os ajustes necessários para viabilizar a execução do contrato, especialmente no que diz respeito à prevenções relacionadas à Pandemia, porém, por se tratar de um contrato assinado há dois anos, o consórcio contratado fez um pedido de reequilíbrio financeiro para ajustar os valores do contrato de acordo com a inflação. Acontece que, conforme informou o Sr. Osman aos membros da CTAL, a ANA fez uma previsão de gastos para o contrato no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) dos quais já foram gastos aproximadamente R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), restando assim aproximadamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para concluir a mobilização. Assim, o pedido foi encaminhado para um diretor da ANA que ficou responsável pela relatoria do caso e que a princípio não concordou com o pedido de reajuste feito pelo consórcio, por conta desta situação o contrato será levado à Diretoria Colegiada da ANA para análise numa data ainda não definida, pois depende da submissão do relatório do relator designado. Então, informou que a única pendência é a manifestação da Diretoria Colegiada da ANA quanto ao mérito da questão, e que a empresa contratada se recusa a dar continuidade no andamento da mobilização social enquanto não tiver esta resposta.

2.5. Diante da situação relatada faz-se necessária e justificada a prorrogação da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.

2.6. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos disposto na [Lei nº 9.433/97](#) e no [Decreto 10.000/2019](#) de deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos conselhos estaduais de recursos hídricos ou pelos comitês de bacia hidrográfica. E também atende aos requisitos previstos no art. 12-A da [Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000](#), que dispõe:

“Art. 12-A O prazo de mandato a que se refere o §1º do art. 11, bem como os prazos previstos no §2º do art. 11 e no caput do art. 12 poderão ser prorrogados, por tempo determinado, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, desde que tenha sido prévia e justificadamente solicitado pelo Presidente Interino do Comitê, quarenta dias antes do término de seu mandato. (AC)”

2.7. O mandato da atual diretoria se encerra em 31 de dezembro de 2021, conforme expresso na [Resolução CNRH nº 221, de 24 de dezembro de 2021](#). A documentação que subsidia o pedido de prorrogação foi encaminhada no dia 26 de outubro de 2021, portanto, de forma tempestiva, e com a devida justificativa que foram reafirmadas na reunião da CTAL.

2.8. A redação da minuta de Resolução CNRH que "prorroga o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, até 31 de dezembro de 2022, foi avaliada e aprovada por unanimidade dos membros da CTAL.

2.9. A forma jurídica adotada é válida. É regimental o uso da Resolução pelo CNRH "quando se tratar de deliberação vinculada às suas competências legais".

2.10. Diante do exposto, estando presentes a motivação, forma e competência do ato, opina-se pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

3. CONCLUSÃO

3.1. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019 e no Regimento Interno do Colegiado, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentada na sequência.

PROPOSTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE NOVEMBRO DE 2021

Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, até 31 de dezembro de 2022.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), e na forma do seu Regimento Interno, tendo em vista o disposto na [Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000](#), e no Ofício nº 052021-DP-CBH PARNAÍBA, e considerando o Processo nº 59000.024579/2020-09, Resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2022, o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, bem como o prazo para cumprimento das incumbências que lhe foram atribuídas pelo artigo 11, § 2º, e pelo artigo 12 da Resolução CNRH n. 5, de 2000.

Parágrafo único. A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos relatórios semestrais sobre o andamento das atividades para a instalação do Comitê.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em 11 de novembro de 2021.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR

Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais

CTAL/CNRH



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**, Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 12/11/2021, às 22:44, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3449414** e o código CRC **DB63EC9C**.

